A avaliação de riscos em toda a organização

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Antes de aceitar qualquer cliente, a PSN02 exige que a empresa identifique e avalie os riscos de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo a que está exposta em relação a clientes, países, produtos, serviços, transações e canais de distribuição. A avaliação deve ser documentada, mantida atualizada e aprovada pela alta administração.[1] Os inspetores da Monetary Authority of Singapore (MAS) leem este documento primeiro. Sua qualidade determina o rumo da inspeção, porque cada controle posterior é testado à luz dos riscos que a própria empresa identificou. A empresa que classifica seu próprio risco como baixo em todos os aspectos convida o inspetor a encontrar os riscos que ela deixou escapar.

As Guidelines esperam que a avaliação considere as conclusões da avaliação nacional de riscos sobre o setor de DPT (digital payment token, token de pagamento digital), as orientações e os indicadores de alerta do GAFI (FATF) sobre ativos virtuais, os dados dos próprios clientes da empresa e as tipologias específicas de seus produtos. Para um negócio de DPT, a análise por produto deve distinguir pelo menos a troca de moeda fiduciária por DPT, a troca de DPT por DPT, a custódia e as transferências de e para carteiras não custodiadas. Deve tratar separadamente as transferências de e para outros prestadores de serviços, a conversão de stablecoins, as operações em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

bloco no mercado de balcão e qualquer produto de empréstimo, staking ou rendimento oferecido a clientes que não sejam de varejo.[2] Cada um comporta um risco inerente diferente. A custódia da tesouraria de uma empresa apresenta um perfil distinto do da entrada de varejo com moeda fiduciária. Uma avaliação bem documentada explica por quê.

Risco-país para uma empresa de DPT de Singapura

O risco-país é o ponto em que as empresas de Singapura mais frequentemente ficam aquém da expectativa da MAS, porque a base natural de clientes de uma exchange de DPT de Singapura é regional e inclui jurisdições com estruturas de PLD frágeis. A MAS exige que as empresas deem atenção especial aos países contra os quais o GAFI pediu contramedidas ou que colocou sob monitoramento reforçado, bem como a qualquer jurisdição que a própria MAS designe por notice.[3] Além dessa lista, a empresa deve construir seu próprio modelo de risco-país. Um modelo defensável combina as listas do GAFI, o Basel AML Index ou equivalente, o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, a exposição a sanções e a experiência da própria empresa, de forma ponderada e documentada. A MAS não prescreve as ponderações. Ela pergunta se a empresa sabe explicá-las.

Notas

1. MAS Notice PSN02, par. 4 (avaliação de riscos e aplicação de uma abordagem baseada em risco); Guidelines to Notice PSN02, seção sobre a avaliação de riscos em toda a organização. ↩
2. Guidelines to Notice PSN02, seção sobre avaliação e mitigação de riscos; FATF, Updated Guidance for a Risk-Based Approach to Virtual Assets and VASPs, outubro de 2021, pars. 30–90 sobre fatores de risco. ↩
3. MAS Notice PSN02, par. 8 (CDD reforçada para países de maior risco); FATF, High-Risk Jurisdictions subject to a Call for Action e Jurisdictions under Increased Monitoring, conforme atualizadas em cada plenária do FATF. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com